PORTUENSE FERRAGENS S/A. CNPJ Nº 04.912.242/0001-02. RELATÓRIO DA DIRETORIA – 1. DA NOSSA ECONOMIA: Está cada vez mais difícil ao governo brasileiro dominar as dimensões das questões nas áreas política, econômica e social. Com trinta e dois partidos e mais do dobro desse número com processo de criação nos Tribunais de Justiça Eleitorais, mais parece uma corrida ao poder quando não cabe pensar em tantas ideologias a serem consolidadas entre quinhentos e treze deputados federais e oitenta e um senadores da república. A discussão da reforma política foi esquecida como forma de afastar uma ameaça aos políticos que se perpetuam no poder. Segundo o que pensa um dos ministros do Supremo Tribunal Federal a cada eleição haverá mais partidos disputando eleições, pois, terão acesso a rádio e televisão e de acordo com o mesmo ministro, a instituição de uma cláusula de barreira, ou seja, o partido deveria ter um percentual mínimo de voto, poderia evitar a fragmentação partidária no congresso. É preciso mudar o atual modelo político brasileiro que alberga toda escória de políticos inescrupulosos que não se intimidam diante da lei e entre si negociam a liberdade para perpetrarem impunemente todos os atos de corrupção. Na área econômica, todos os dados e informações causam temeridade à classe empresarial e demais segmentos da sociedade. Inflação em alta, retratação de investimentos públicos e privados, gastos públicos incontroláveis, superávit primário reduzido, política de juros altos e aumento da carga tributária são alguns dos indicadores de uma economia em recessão. Se as questões políticas e econômicas não seguem satisfatoriamente, não há reflexos positivos na área social. Embora o governo venha apontando alguns avanços sociais que são inegáveis, o tema pobreza tem sido utilizado apenas do ponto de vista estatístico. Para organismos internacionais como Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO, Organização Mundial de Saúde – OMS e Banco Mundial, na extrema pobreza, está quem vive com renda diária inferior a US$ 1,25, ou seja, R$3,31 e considerada pobre é a pessoa que vive com uma renda diária de US$ 2,50, ou seja R$ 6,63. Com a ampliação do programa Bolsa Família, o governo de tirou milhões de brasileiros, a condição de miseráveis ou de pobres e isso vem sendo celebrado como a descoberta da solução da pobreza no país. A busca de dividendos políticos é tão grande que o governo não percebe que essa renda não garante acesso a nada, é como viver na própria miséria. A Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – Cepal e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, constataram o aumento da pobreza de 2012 para 2013. O Ipea não divulgou a notícia antes do segundo turno das eleições e foi bastante questionado. Vivemos de mascaramento nas três áreas, políticos corruptos defendendo a moralidade, truques contábeis melhorando índices econômicos, estatísticas apontando a queda da pobreza e do desemprego, sem conseguir eliminar a dura realidade de grande parte da população que vive, não se sabe como, a duras penas com renda mensal inferior a um salário mínimo. **2. DESENVOLVIMENTO E INVESTIMENTO:** No ano de 2014, o volume de receitas da empresa ficou aquém do esperado, ainda que tenha sido superior com relação ao ano anterior. Entretanto, a empresa vem, na medida do possível reorganizando seu setor de vendas com a finalidade de expandir suas receitas de vendas de mercadorias. As receitas de aluguéis de imóveis próprios vêm garantindo a continuidade da empresa. **3. MERCADO DE ATUAÇÃO:** Comércio de Ferragens em Geral, sendo um dos mais concorridos no Estado do Pará. A Cia. também explora a atividade de aluguel de imóveis próprios, que vem sendo responsável pelo cumprimento das obrigações e pela absorção de diversas despesas operacionais, o que proporciona à Cia., um fôlego na sustentação de suas atividades. **4. RECURSOS HUMANOS:** A Cia. não teve a necessidade de efetuar contratações significativas, seu quadro de pessoal em 31 de dezembro de 2013 era composto por 16 empregados, fechando o ano de 2014 com 13. **5. AUDITORIA INDEPENDENTE:** Em atendimento ao que determina a Instrução CVM nº 381/2003, a Cia. informa que o contrato de prestação de serviços com os auditores Independentes, diz respeito somente a serviços de auditoria externa e não há, portanto, contrato de prestação de serviços com partes relacionadas aos Auditores Independentes.

BALANCO PATRIMONIAL (EM MILHARES DE REAIS)

Ativo	**31.12.2014**	**31.12.2013**
Ativo Circulante	4	47
- Disponibilidades	2	13
- Créditos	2	34
Ativo Não Circulante	2.184	2.146
- Ativo Imobilizado	2.167	2.129
- Ativo Intangível	17	17
Total do Ativo	2.188	2.193
Passivo	**31.12.2014**	**31.12.2013**
Passivo Circulante	374	497
- Fornecedores	45	58
- Impostos e Contribuições	187	326
- Outras Contas a Pagar	142	113
Passivo Não Circulante	340	250
- Créditos de Acionistas	188	250
- Impostos e Contribuições	152	
Patrimônio Líquido	1.474	1.446
- Capital Social	1.327	1.327
- Reservas de Lucros	147	119
Total do Passivo	2.188	2.193

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (EM MILHARES DE REAIS)

	Capital Social	**Reserva de Reavaliação**	**Reservas de Lucros**		**Lucros ou Prejuízos Acumulados**	**Total**
			Reserva Legal	**Reserva Estatutária**		
- Patrim. Líquido em 31.12.2012	1.725	1.720			(2.118)	1.327
- Aumento do capital	1.720	(1.720)				-
- Redução do Capital	(2.118)				2.118	-
- Lucro do Exercício					119	119
- Destinação do Lucro:					(119)	(119)
- Reserva Legal			6			6
- Reserva Estatutária				113		113
- Patrim. Líquido em 31.12.2013	1.327	-	6	113	-	1.446
- Lucro do Exercício					28	28
- Destinação do Lucro					(28)	(28)
- Reserva Legal			1			1
- Reserva Estatutária				27		27
- Patrim. Líquido em 31.12.2014	1.327	-	7	140	-	1.474

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – DFC (EM MILHARES DE REAIS)

	31.12.14	**31.12.13**
1. FLUXO DE CAIXA DAS ATIV. OPER.		
- Recebimento de Clientes	89	75
- Receb. de Aluguéis de Imóv. Próprios	2.027	2.522
- Pagamento de Fornecedores	921	1.112
- Pgto. de Salários, Honor. e Encargos	763	539
- Pgto. de Impostos e Contribuições	222	353
- Pagamento de Juros	15	12
- Outros Pagamentos	70	265
CAIXA LÍQ. DAS ATIV. OPER	125	316
2. FLUXO DE CAIXA DAS ATIV. DE INV		
- Aquisição de Imobilizado	50	61
CAIXA LÍQ. DAS ATIV. DE INVEST	50	61
3. FLUXO DE CAIXA DAS ATIV. DE FINAN		
- Pagamento de Empréstimos	59	285
- Distribuição de Lucros	27	
CAIXA LÍQ. DAS ATIV. DE FINANC	86	285
AUMENTO OU RED. DE CX. LÍQUIDO	(11)	(30)
SALDO DE CAIXA – INICIAL:	13	43
SALDO DE CAIXA – FINAL:	2	13

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (EM MILHARES DE REAIS)

	31.12.2014	**31.12.2013**
Receita Bruta Operacional	2.117	2.597
Deduções das Vendas	208	244
Receita Líquida Operacional	1.909	2.353
Custo das Vendas	40	34
Resultado Bruto Operacional	1.869	2.319
Despesas Operacionais	1.788	2.043
- Despesas Administrativas	1.706	1.978
- Despesas Financeiras	35	12
- Despesas Tributárias	47	53
Lucro Líquido Operacional	81	276
- Provisão/IRPJ e CSLL	37	90
Lucro ou Prejuízo do Exercício	44	186
- Participação de Empregados	2	9
- Participação de Administradores	4	18
- Dividendos Propostos	10	40
Lucro ou Prejuízo do Exercício	28	119
Lucro ou Prejuízo por Ação	0,0009	0,0040

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – DVA (EM MILHARES DE REAIS)

	31.12.14	**31.12.13**
1. RECEITAS:	2.116	2.597
- Vendas de Mercadorias	89	75
- Aluguéis de Imóveis Próprios	2.027	2.522
2. INSUMOS ADQUIR. DE TERC.	965	1.424
- Custo das Mercadorias Vendidas	40	34
- Mat., Energia, Serv. de Terc. e Outros	925	1.390
3. VALOR ADICIONADO BRUTO	1.151	1.173
4. RETENÇÕES		
- Depreciação e Amortização	12	17
5. VALOR ADIC. LÍQ. PROD. P/ ENTID.	1.139	1.156
6. VALOR ADIC. TOTAL A DISTRIB.	1.139	1.156
7. DISTRIB. DO VALOR ADICIONADO	1.139	1.156
- Pessoal e Encargos	774	566
- Impostos, Taxas e Contribuições	292	419
- Juros	35	12
- Dividendos	10	40
- Lucros Retidos/ Prej. do Exercício	28	119

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31.12.2014. NOTA 1: Contexto Operacional: Conforme seu objetivo social, a empresa dedica-se a comercialização de bombas, motores, compressores, ferragens em geral e aluguéis de imóveis próprios. **NOTA 2: As Demonstrações Financeiras:** Foram elaboradas de acordo com o que determina a Lei das Sociedades por Ações, alterada pela Lei 11.638/2007 e Lei 11.941/09, com observância às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e Conselho Federal de Contabilidade - CFC. **NOTA 3: Principais Práticas Contábeis:** As Demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em real, os Ativos e Passivos no ano de 2014, estão ajustados conforme prevê a Lei 11.638/2007 e a Lei 11.941/09 e seus efeitos estão refletidos no resultado. **3.1. Estoques:** Foram baixados à conta de Provisão para Perdas em decorrência da ausência de expectativa de venda; **3.2. Ativo Imobilizado:** Está demonstrado pelo custo de aquisição, com a depreciação calculada pelo método linear e do seu total, quase oitenta por cento já está depreciado. Para Móveis e Utensílios e Instalações 10% ao ano, Computadores e Periféricos 20% ao ano, Máquinas e Equipamentos 20% ao ano e Instalações 10% ao ano, tendo a seguinte composição em 31.12.2014: Móveis e Utensílios com um saldo de quarenta mil reais, com uma Depreciação Acumulada de vinte e seis mil reais, Computadores e seus Periféricos com um saldo de vinte e um mil reais, com uma Depreciação Acumulada de vinte mil reais, Máquinas e Equipamentos com um saldo de sete mil reais, com uma Depreciação Acumulada de cinco mil reais e Instalações com um saldo de trezentos mil reais e com uma Depreciação Acumulada de duzentos e trinta e três mil reais. A conta de Terrenos apresenta um saldo de um milhão, setecentos e vinte mil reais. **3.3.** O Ativo Intangível é formado por software adquirido. **3.4. Fornecedores:** Do total desta conta 40% é formado por saldos antigos que vêm sendo atualizados; **3.5 . Impostos e Contribuições:** Do total dessa conta, 40% é composto por impostos e contribuições de exercícios anteriores, em processo de parcelamento com Receita Federal do Brasil e Comissão de Valores Mobiliários. **NOTA 4. Avaliação do Ativo Imobilizado:** Os seus itens mais expressivos, conforme demonstrados no subitem 3.2, são os Terrenos, que foram objeto de reavaliação há pouco tempo atrás e de acordo com o entendimento da diretoria, esses bens apresentam um valor justo, não tendo, portanto, necessidade de contabilização de ajustes. **NOTA 5. Disponibilidades:** São formadas por saldo em conta corrente do Banco Itaú: R$ 8,36; CEF: R$894,38; BANPARÁ R$ 61,06 e saldo de Caixa de R$1.461,16. **NOTA 6. Dividendos:** foram provisionados em função do resultado do exercício de acordo com o previsto no Estatuto e legislação societária. **NOTA 7. Capital Social:** Representado por 29.888 (vinte e nove mil oitocentos e oitenta e oito) ações, sendo 24.353 (vinte e quatro mil trezentos e cinquenta e três) ações ordinárias e 5.535 (cinco mil quinhentos e trinta e cinco) ações preferenciais, todas integralizadas. **NOTA 8. Remuneração da Diretoria:** O total da remuneração da diretoria foi de duzentos e oitenta e oito mil reais. **NOTA 9. Itens da Demonstração do Resultado do Exercício:** As Receitas Operacionais formadas por Receitas de Aluguéis de Imóveis Próprios com saldo de dois milhões e vinte e sete mil reais e Receitas de vendas com oitenta e nove mil reais, foram registradas de acordo com o regime de competência; - **Despesas Financeiras:** O valor lançado corresponde a parcelamento de impostos e crédito de acionistas; **NOTA 10. Participações de Empregados e Administradores:** Foram provisionados em função do resultado de acordo com o que determina o Estatuto e legislação pertinente. **NOTA 11. Seguros:** A Cia. mantém contrato de seguro com cobertura de seu prédio e conteúdo, com a seguradora Bradesco Seguros e Previdências. **NOTA 12.** As Notas Explicativas são parte integrantes das Demonstrações Financeiras. **DIRETORIA: Antônio Augusto Calcuchimac de Alencar Fernandez –** Diretor Presidente. CPF nº 032.130.132-34. **Domingos Sávio Calcuchimac de Alencar Fernandez –** Diretor Vice Presidente. CPF 095.060.202-72. **Guilherme Augusto Calcuchimac de Alencar Fernandez** – Diretor Comercial. CPF nº 003.706.302-20. **Expedito Augusto Calcuchimac de Alencar Fernandez –** Diretor Financeiro. CPF nº 082.314.512-34. **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Huascar José Calcuchimac de Alencar Fernandez –** Conselheiro – Presidente. CPF nº 062.655.532-91. **Antônio Augusto Calcuchimac de Alencar Fernandez –** Conselheiro – Membro. CPF nº 032.130.132-34. **Regina de Nazaré Moreira Favacho –** Conselheira – Membro. CPF nº 082.895.732-00. **José Nonato da Silva –** Contador – CRC-PA. 5886. CPF nº 047.853.392-68. **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES – (1)** Examinamos as Demonstrações Contábeis de **PORTUENSE FERRAGENS S/A**, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2014, e as respectivas Demonstrações de Resultado, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas Contábeis e demais Notas Explicativas. **(2) Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis.** A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações Contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas – Pronunciamento Técnico CPC PME – "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" normas do Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **(3) Responsabilidade dos Auditores Independentes.** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas Demonstrações Contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as Demonstrações Contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgação apresentados nas Demonstrações Contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas Demonstrações Contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Contábeis do **PORTUENSE FERRAGENS S/A** para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Cia. Uma auditoria pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das Demonstrações Contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **(1)** Em nossa opinião, as Demonstrações Contábeis da **PORTUENSE FERRAGENS S/A** pelo exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade adotados no Brasil. **(2) Ênfases – 5.1 – Continuidade da Entidade –** As Obrigações para com terceiros, encontram-se em posição superior ao Ativo Circulante em R$369.657,72. Essa situação pode interferir na continuidade normal da empresa. Nossa opinião não se modifica no que diz respeito ao assunto ora abordado. **5.2 – Valor Justo.** O Ativo Imobilizado é constituído, principalmente, por Terrenos e Imóveis, cujo saldo em 31.12.2014 é de R$2.618.928,61 para um Imobilizado de R$ 2.183.741,87. Com base nesse fato, a Administração considera que representam o seu "valor justo", pois entende que não é necessário contabilizar outros ajustes.**5.3 – Demonstração do Valor Adicionado.** Examinamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado – DVA, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para as companhias abertas e como informação para as IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos exames de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes em relação as Demonstrações Contábeis tomadas em conjunto. **Outros Assuntos. 6.1 –** As Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, foram por nós examinadas e emitimos Relatório de Opinião sem ressalva, datado de 19 de Março de 2014. Belém(PA), 17 de Março de 2015. **AUDITAN – AUDITORIA INDEPENDENTE – CRC/Pa nº 0269.** Ato Declaratório CVM nº 10.679. IBRACON/NA nº 209. **Rui Oliveira Magalhães –** Contador CRC/PA nº 5771. Sócio-Responsável. IBRACON/NA nº 2074. CNAI nº 450.

Protocolo 809042